



Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 20 a 24 de agosto de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Projeto permite que PM especialista do Distrito Federal seja promovido a major

Tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei (PL 9222/17) do deputado Alberto Fraga (DEM-DF) que modifica a legislação dos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal para permitir que oficiais especialistas da PM possam ascender até o posto de major. A proposta altera a Lei 12.086/09. A norma permite que oficiais especialistas – como assistente veterinário e especialista em armamentos e comunicação – ascendam apenas até o posto de capitão.

1.3 POLÍTICA

Projeto atribui fé pública a identidade de deputado e senador

O texto prevê ainda que as carteiras de identidade expedidas pelo Parlamento para integrantes da polícia legislativa também terão validade em todo o território nacional. O Projeto de Lei 9356/17, em tramitação na Câmara dos Deputados, atribui fé pública às carteiras de identidade parlamentar emitidas pela Câmara e pelo Senado Federal. Segundo a proposta, do deputado licenciado Carlos Marun, tais documentos terão validade em todo o território nacional no curso da legislatura em que forem expedidos. No caso de renúncia, perda de mandato ou afastamento para exercício em outro Poder, o parlamentar restituirá sua identidade à Mesa Diretora da casa legislativa a que pertencer. O uso indevido constituirá crime de falsidade ideológica.

2018 terá a eleição mais acirrada para a Câmara dos Deputados

A maioria dos candidatos é homem, branco, casado e com ensino superior. As estatísticas da Justiça Eleitoral mostram que o número de candidatos à Câmara dos Deputados é continuamente crescente nos últimos anos. 2018 terá a eleição mais acirrada: caso todos sejam considerados aptos a concorrer, haverá em média 16 candidatos para cada uma das 513 vagas de deputado federal.

Projeto proíbe candidatos de utilizar designações religiosas ou militares

Candidatos a cargos eletivos poderão ser proibidos de utilizar expressões que designem hierarquia, funções militares, religiosas, acadêmicas ou profissionais em suas denominações. Pelo Projeto de Lei 6648/16, os candidatos não poderão usar diante de seus nomes designações como doutor, pastor, professor ou capitão, por exemplo. Os deputados do Psol Jean Wyllys (RJ), e Luiza Erundina (SP), que apresentaram a proposta, defendem que o processo eleitoral seja pautado por ideias e programas, e não “pelo personalismo exacerbado, traço histórico de nossa política”.

Percentual de mulheres que concorrem à Câmara dos Deputados não se altera em quatro anos

O percentual de mulheres concorrendo ao cargo de deputada federal quase não se alterou em relação às últimas eleições. Os números ficam um pouco acima do mínimo de 30% de candidatos de cada sexo para cargos proporcionais, como exigido pela Lei das Eleições (9.504/97). Neste ano, há 2.603 candidatas a deputada federal, ou 31,64% do total. Já em 2014, houve 2.271 candidatas, 31,82% do total de 7.137 postulantes. Os dados são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O aumento



absoluto no número de candidatas, 332 mulheres a mais, não alterou a proporção entre mulheres e homens nas candidaturas.

Mesa Diretora declara a perda do mandato de Maluf

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados declarou, nesta quarta-feira, a perda do mandato do deputado Paulo Maluf (PP-SP). Condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pelo crime de lavagem de dinheiro a 7 anos, 9 meses e 10 dias de prisão, Maluf também foi condenado à perda do mandato. Não cabe recurso da decisão. O corregedor da Câmara, deputado Evandro Gussi (PV-SP), afirmou que a Mesa decidiu cumprir a ordem judicial, mas ressaltou que a determinação do Supremo ofende a Constituição.

Eleitor vota primeiro para deputado federal neste ano

A ordem será: deputado federal, deputado estadual ou distrital, senador, governador e presidente. Nas eleições deste ano, o eleitor começa a votar escolhendo o deputado federal. Até as eleições de 2014, o eleitor votava primeiro para deputado estadual ou distrital. A mudança na ordem de votação foi aprovada pela Câmara em 2010 e pelo Senado em 2014. Mas o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que a mudança não valeria para aquela eleição.

O que está proibido durante o período de campanha eleitoral

Candidato não pode prometer bens ou cargos públicos nem distribuir chaveiros, camisetas, bonés e cestas básicas. No último dia 16 começou o período de campanha eleitoral. Mas nem tudo é permitido nesse período. Afinal, o que o candidato e o eleitor podem e o que não podem fazer? O especialista em direito eleitoral Alexandre Rollo explica que os famosos santinhos – aqueles panfletos com a foto e as propostas do candidato – são permitidos, mas a propaganda em outdoor, não. Telemarketing também é proibido.

Eleições deste ano trazem novidades no financiamento de campanhas e nas cotas para mulheres

Eleição de 2018 será a primeira disputa com fundo público para campanhas. Além do dinheiro público, as campanhas poderão contar com doações de pessoas físicas.

As eleições deste ano terão algumas regras diferentes em relação ao pleito de 2014. As principais mudanças são a forma de financiamento, a destinação de cota dos fundos partidário e eleitoral para incentivar a participação de mulheres e o começo de uma cláusula de desempenho para reduzir o número de partidos. Além disso, há previsão de um teto de gastos de campanhas.

1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (27)

10 horas

Sessão Solene

Homenagem aos 35 anos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao 39º aniversário da Lei da Anistia.

Plenário Ulysses Guimarães

14h30

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Oitiva coletiva de familiares de camponeses da região do rio Araguaia, que participaram da



Revolta dos Perdidos, para registrar esse momento da história brasileira.
Sala da comissão

16 horas

Comissão Especial da Política de Diminuição de Agrotóxicos (PL 6670/16)

Seminário sobre a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara).
Florianópolis (SC)

TERÇA-FEIRA (28)

10 horas

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Audiência pública para discutir a situação dos planos de saúde de autogestão das empresas estatais federais, no contexto dos ataques aos direitos dos trabalhadores.

Foram convidados, entre outros, o representante do plano de saúde da Petrobras, Paulo Cesar Chamadoiro Martin; o representante do plano de saúde da Caixa, Jair Pedro Ferreira; e o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Fernando Antonio Ribeiro Soares.

Plenário 12

14 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias com a participação da Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça

Audiência pública, para avaliação da atual situação da Comissão de Anistia, em especial suas metas e a continuidade de suas ações, aproveitando a ocasião do 39º aniversário da primeira Lei da Anistia (Lei 6.683/79).

Foram convidados, entre outros, o procurador federal integrante do Grupo de Trabalho Memória e Verdade da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF e conselheiro da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Ivan Cláudio Marx; o presidente da Associação de Militares Anistiados (Ampla), Wilson Silva; e a advogada do movimento Revolta do Perdido, em prol dos camponeses do rio Araguaia, Irene Gomes.

Plenário 2

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

QUARTA-FEIRA (29)

14 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública para celebração dos 28 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o sistema de garantia de direitos.

Foram convidados, entre outros, o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Marco Antônio Soares; o procurador Federal dos Direitos do Cidadão Substituto, Domingos Sávio Dresch da Silveira; a representante do Fórum de Justiça Juvenil do Distrito Federal, Fernanda Granja.

Plenário 9

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

QUINTA-FEIRA (30)



14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

SEXTA-FEIRA (31)

9 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/561568-AGENDA-DA-SEMANA.html>

2. PODER LEGISLATIVO -

SENADO
FEDERAL



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Proposta atualiza critérios de admissão das ideias legislativas no Portal e-Cidadania

O Senado começou a discutir a atualização das regras para o recebimento de sugestões por meio do Portal e-Cidadania. O Projeto de Resolução (PRS) 38/2018 define novos critérios para que uma ideia legislativa seja colocada em votação: a proposta não pode ter conteúdo injurioso, difamatório, inconstitucional e publicitário ou comercial. A intenção é aumentar o número de sugestões da população com chances de serem aprovadas pelo Senado.

Projeto prevê cursos profissionais gratuitos a condenados em regime semiaberto

Os serviços do Sistema “S” – como o Sesc, Sesi, Senai e Senac – podem ser obrigados a oferecer cursos profissionais gratuitos aos condenados em regime semiaberto. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 231/2013, que pode ser votado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta também estabelece a mesma obrigação com o objetivo de beneficiar usuários ou dependentes de drogas em fase de reabilitação.

Esforço concentrado é adiado para setembro

A semana de votações prevista para o final de agosto foi adiada para os dias 4 a 6 de setembro. De acordo com informações da Secretaria-Geral da Mesa, não faz sentido o Senado se reunir se há matérias pendentes de votação na Câmara, como medidas provisórias. Em setembro também está prevista outra semana de esforço concentrado entre os dias 11 a 13.

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME



FORÇA INVICTA E FENEME FINALIZAM O CURSO DE ASSESSORIA PARLAMENTAR COM ÊXITO

Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros concluíram, na manhã desta sexta-feira (17), o Curso de Assessoria Parlamentar promovido pela Força Invicta com o apoio da FENEME. A solenidade de encerramento contou com a presença do Comandante – Geral do CBMBA, Cel Francisco Luiz Telles, do TC PMBA Henrique Melo, representando o Comando Geral da Polícia Militar da Bahia, do Cel PMMG Márcio Ronaldo de Assis, vice-presidente da FENEME, do presidente da Força Invicta, Maj PMBA Copérnico Mota e do coordenador do Curso, Cel PMSC Aberlado Bridi.

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 27 de agosto de 2018.

OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUICOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.